

ÍNDICE

I PARTE GENERALIDADES

CAPÍTULO I – AS ORIGENS HISTÓRICAS DO DIREITO ADMINISTRATIVO	11
SEÇÃO I – PARTE HISTÓRICA	11
1. Época medieval	11
2. Época moderna	13
3. Época absolutista: o “Estado-de-Polícia”	14
4. Época Liberal: o “Estado de Direito Liberal”	15
5. As modificações económicas e sociopolíticas do Séc. XX e o nascimento do “Estado de Direito Social”	17
6. “Estado Regulador”: influências no Direito Administrativo hodierno	18
SEÇÃO II – SISTEMAS DE ADMINISTRAÇÃO JUDICIÁRIO E EXECUTIVO	24
0. Nota prévia	24
1. Sistema de Administração Judiciária (modelo britânico)	24
2. Sistema de Administração Executiva (modelo francês)	27
3. Evolução dos sistemas de Administração Executiva e Judiciária: sua aproximação	29

4. Influência do sistema de tipo francês no modelo de administração português	32
Parte Prática	32
 CAPÍTULO II – A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	 35
 SEÇÃO I – A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	 35
1. Aproximação ao conceito de “Administração Pública”: os vários sentidos da expressão “Administração Pública”	36
a) Administração Pública em sentido orgânico ou organizatório	36
b) Administração Pública em sentido funcional	36
c) Administração Pública em sentido material	37
d) Administração Pública em sentido formal	37
2. Conceito de “Administração Pública”	38
2.1. Interesses públicos primários e interesses públicos secundários	39
3. A função administrativa, a função legislativa e a função jurisdicional	39
4. A Administração Pública e a administração privada: proximidades, distinção intrínseca e sua relação	41
 SEÇÃO II – O DIREITO ADMINISTRATIVO	 43
1. Relação entre o Direito Administrativo e a Administração Pública	44
2. Conceito, natureza jurídica e dupla função de Direito Administrativo	45
3. Fontes de Direito Administrativo: classificação	47
3.1. Fontes de Direito Administrativo com maior preponderância	49
3.2. Integração de lacunas e de casos omissos	50
3.3. Tipologias de normas administrativas	50
Parte Prática	53
 CAPÍTULO III – PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS DO DIREITO ADMINISTRATIVO	 59
 SEÇÃO I – PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS EM MATÉRIA ADMINISTRATIVA	 59
1. Princípio do Estado de Direito Democrático	60

1.1. Elementos do Estado de Direito Democrático	61
2. Princípio da Reserva da Constituição	61
3. Princípio da Separação de Poderes	62
4. Princípio da Legalidade e da vinculação à Constituição e aos direitos fundamentais	65
5. Princípio da desburocratização	66
6. Princípio da aproximação dos serviços às populações	67
7. Princípio da participação dos interessados	68
8. Princípio da descentralização administrativa	69
9. Princípio da segurança ou certeza jurídicas ou princípio da proteção da confiança	74
10. Princípio da Igualdade	76

SEÇÃO II – PRINCÍPIOS GERAIS NO CÓDIGO

DO PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO	77
1. Princípio da legalidade	78
2. Princípio da prossecução do interesse público e da proteção dos direitos e interesses dos cidadãos	78
3. Princípio da boa administração	80
4. Princípio da eficiência	81
5. Princípio da Boa-fé	82
6. Princípio da colaboração com os particulares	82
7. Princípio da administração aberta	82
8. Princípios atinentes à “Administração Pública Eletrónica”	83

SEÇÃO III – GARANTIAS NÃO JURISDICIONAIS

DO ADMINISTRADO	84
0. Garantias do administrado: breve nota introdutória	85
I – Garantias políticas	85
a) Direito de petição	86
b) Direito de resistência	87
II – Garantias perante autoridades públicas independentes: Provedor de Justiça	87
III – Garantias de imparcialidade (artigos 69.º a 76.º, do CPA)	88
IV – Garantias ou mecanismos administrativos (graciosos): vide, de modo desenvolvido, a Seção III do Capítulo II (infra) Parte Prática	91 92

II PARTE
ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA PORTUGUESA

CAPÍTULO I – OS ELEMENTOS ESSENCIAIS DA ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA	97
SEÇÃO I – AS PESSOAS COLETIVAS PÚBLICAS E OS ÓRGÃOS ADMINISTRATIVOS	97
1. Noção de Pessoa Coletiva Pública	98
1.1. Tipologias: de território e de população	98
1.2. Regime Jurídico das Pessoas Coletivas Públicas	99
2. Noção de órgão administrativo	100
2.1. Tipologias de órgãos administrativos	101
2.2. Fatores de legitimação dos órgãos administrativos	103
2.3. Funcionamento dos órgãos colegiais: regras essenciais e tipos de votação	104
2.4. Mini-glossário	108
SEÇÃO II – ATRIBUIÇÕES E COMPETÊNCIAS	110
1. Noção de atribuições e competências. Sua distinção	110
2. Em especial, a “Competência”: critérios de repartição de competências em função da matéria e território	112
2.1. Princípio da legalidade sobre a competência: corolários e exceções	112
3. A Delegação de poderes: conceito e tipologias	113
3.1. Distinção de figuras afins	114
3.2. Pressupostos cumulativos de validade	115
4. Subdelegação de poderes	117
3.3. Consequências da falta de algum dos pressupostos: invalidade ou ineficácia	118
3.4. A falta de menção da qualidade do delegado: direitos do interessado	119
3.5. Considerandos relevantes sobre o regime jurídico da delegação de poderes	119
Parte Prática	121

CAPÍTULO II – A ADMINISTRAÇÃO DIRETA, A ADMINISTRAÇÃO INDIRETA E A ADMINISTRAÇÃO AUTÓNOMA	131
SEÇÃO I – OS SETORES DA ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA	131
1. A Administração Estadual Direta	132
1.1. Estado	132
1.2. Governo	135
2. A Administração Estadual Indireta	136
2.1. Institutos Públicos: tipologias	137
2.2. Empresas Públicas: tipologias	137
3. A Administração Autónoma “territorial”	138
3.1. Autarquias Locais e Regiões Autónomas	139
3.2. A Administração Autónoma “não territorial” ou de “tipo associativo”: Associações Públicas	140
3.3. Breve menção ao seu regime jurídico dualista	141
SEÇÃO II – HIERARQUIA, TUTELA E SUPERINTENDÊNCIA	143
1. As relações jurídico-administrativas: artigo 199.º, alínea d), da CRP: o vínculo jurídico que liga o Governo à AP	143
2. A Hierarquia: explicitação dos poderes do superior hierárquico sobre o subalterno	143
3. Poder de Superintendência	145
4. Poder de Tutela	146
4.1. Tipologias	146
Parte Prática	147

III PARTE

ATIVIDADE ADMINISTRATIVA

CAPÍTULO I – REGULAMENTO ADMINISTRATIVO	155
SEÇÃO I – CONCEITO, TIPOLOGIAS E PROCEDIMENTO REGULAMENTAR	155
1. Conceito	156
1.1. Distinção entre regulamento e ato administrativo	156
2. Tipologias quanto ao âmbito de aplicação, ao objeto e à eficácia	157

3.	Procedimento regulamentar	159
3.2.	Fases essenciais de elaboração regulamentar	160
SEÇÃO II – REGIME JURÍDICO DE VALIDADE E DE EFICÁCIA		164
1.	Regime de validade regulamentar: especificidades	164
a)	Invalidade por omissão	165
b)	Invalidade por ação	165
2.	Mecanismos de tutela dos interessados	165
a)	Impugnabilidade administrativa	166
b)	Impugnabilidade judicial	167
3.	Cessação da vigência	167
a)	Caducidade	167
b)	Revogação	168
c)	Decisão administrativa	168
d)	Decisão contenciosa	169
	Parte Prática	169
CAPÍTULO II – ATO ADMINISTRATIVO		171
SEÇÃO I – CONCEITO, TIPOLOGIAS E PROCEDIMENTO		171
1.	Conceito	172
a)	Sujeito	172
b)	Objeto	173
c)	Estatuiç�o	173
3.	Tipologias de ato administrativo	176
4.	Procedimento Administrativo	177
4.1.	A fase da iniciativa	178
4.2.	A fase instrutória	179
4.3.	A fase da audiência prévia ou “audiência dos interessados”	181
4.4.	Preparação direta da decisão	184
4.5.	A fase constitutiva ou decisória: em especial, o dever de fundamenta�o	184
4.6.	A fase integrativa de eficácia	186
a)	Tipos ou modalidades de atos integrativos de eficácia	188
b)	Formas de comunica�o dos atos administrativos	188
5.	Incumprimento do dever de decidir	189
5.1.	O “silêncio” da Administra�o Pública: “ato silente”	191

a) Indeferimento tácito	191
b) Deferimento tácito	192
c) Meios de tutela administrativa e jurisdicional perante o “silêncio”	192
SEÇÃO II – REGIME JURÍDICO DE VALIDADE E DE EFICÁCIA	193
1. Distinção entre validade, eficácia e legitimidade	193
2. Vícios do ato administrativo: tipologias	194
3. Consequências jurídicas: nulidade, anulabilidade e inexistência	200
a) Nulidade	200
b) Anulabilidade	202
c) Inexistência	202
SEÇÃO III – GARANTIAS E MECANISMOS ADMINISTRATIVOS (GRACIOSOS) DO ADMINISTRADO	203
1. Garantias ou mecanismos administrativos (graciosos): nota introdutória	203
2. Reclamação	205
3. Recurso hierárquico	205
4. Esquemas dos traços essenciais do regime legal dos mecanismos gratuitos	208
Parte Prática	214
CAPÍTULO III – CONTRATO ADMINISTRATIVO	219
SEÇÃO I – CONCEITO, TIPOLOGIAS E PROCEDIMENTOS PRÉ-CONTRATUAIS	219
I – Introdução	220
1. Influência do Direito Europeu na Contratação Pública em Portugal: evolução legislativa	220
2. Princípios basilares da contratação pública	224
a) Princípio da igualdade	224
b) Princípio da Proibição da discriminação em razão da nacionalidade	224
c) As liberdades comunitárias	225
d) Princípio de transparência, publicidade e imparcialidade	226
e) Princípios do reconhecimento mútuo e da proporcionalidade	227

f) Princípio europeu da tutela jurisdicional efetiva	228
II – O contrato administrativo no CPA	229
1. Conceito de contrato administrativo	229
2. Tipologias de contrato administrativo	232
3. Contratos administrativos mais predominantes	237
a) Empreitada de obras públicas	237
b) Concessão de obras públicas	238
c) Concessão de serviços públicos	238
d) Locação e aquisição de bens móveis e aquisição de serviços	239
e) Concessão de exploração do domínio público	240
f) Concessão de uso privativo do domínio público	240
g) Concessão de exploração de jogos de fortuna ou azar	241
4. Poderes do parceiro público	241
a) Poder de direção do modo de execução das prestações	241
b) Poder de fiscalização sobre a execução das prestações	242
c) Poder de modificação unilateral do contrato ou «ius variandi»	243
d) Poder de aplicação de sanções	246
e) Poder de resolução unilateral do contrato	247
f) Poder de ordenar a cessão da posição contratual	248
5. Formação do contrato: fases	249
a) Fase de iniciativa	249
b) Fase de apresentação de candidaturas e qualificação dos interessados	250
c) Fase de apresentação, análise e avaliação das propostas	251
d) Fase de adjudicação	252
e) Fase de celebração do contrato	253
5.1. Procedimentos pré-contratuais	253
6. Extinção do contrato administrativo: breve menção	256
 SEÇÃO II – REGIME DE VALIDADE E EFICÁCIA	 258
1. Invalidez derivada	258
2. Invalidez própria do contrato administrativo	260
3. Regime de invalidez dos contratos administrativos	262
4. Irregularidade do contrato administrativo	264
5. Efeitos do contrato administrativo: âmbito temporal	264
Parte Prática	265

IV PARTE
RESPONSABILIDADE CIVIL DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
POR ATOS DE GESTÃO PÚBLICA

CAPÍTULO I – GENERALIDADES EM TORNO DA RESPONSABILIDADE CIVIL ADMINISTRATIVA	271
1. Conceito	271
2. Fundamentos	272
3. Âmbito objetivo e subjetivo de aplicação	274
4. Modalidades de responsabilidade por atos de gestão pública e aspetos essenciais comuns	274
5. Traves-mestras sobre a imputação da responsabilidade	275
 CAPÍTULO II – RESPONSABILIDADE SUBJETIVA OU POR FACTOS ILÍCITOS	 277
1. Responsabilidade subjetiva ou por factos ilícitos: pressupostos cumulativos	277
a) Facto voluntário	278
b) Ilicitude	278
c) Culpa	280
d) Dano	281
e) Nexo de causalidade	281
2. Causas de exclusão da responsabilidade: em especial, a culpa do lesado	282
3. Dever de indemnização	282
 CAPÍTULO III – RESPONSABILIDADE OBJETIVA OU PELO RISCO	 285
1. Fundamentos desta modalidade de responsabilidade	285
2. Pressupostos cumulativos	286
3. Em especial, o funcionamento anormal do serviço	286
 CAPÍTULO IV – RESPONSABILIDADE POR FACTOS LÍCITOS OU PELO SACRIFÍCIO	 289
0. Nota prévia	290
Parte Prática	291
 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS COMPLEMENTARES	 295

